



Conferência Rotas de Aproximação Portugal China - A Importância Civilizacional dos Portos.

3 novembro 2021

Macau o Início da Rota de Aproximação Portugal-China

Tendemos a considerar que a Rota de Aproximação Portugal-China se iniciou em Macau, mas na realidade ela foi gizada nos mares e nos portos da Índia, da China Meridional, do Arquipélago Malaio ou Insulíndia, nomeadamente no estratégico estreito de Malaca.

Foi o potencial desses encontros e dessas linhas comerciais que levou os portugueses a decidirem estabelecer uma feitoria comercial no Sul da China para de uma forma mais estável desenvolverem a sua atividade.

A estratégia foi visionariamente preparada em Lisboa, tudo pode parecer aventura e muitas vezes fala-se destes navegadores como aventureiros, mas eles sabiam o que procuravam e o que pretendiam dessas rotas, claro que inevitavelmente surgiram no percurso contrabandistas e piratas, mas isso pode não parecer relevante, mas foi muito útil em certas alturas.

Tomé Pires ao serviço da coroa portuguesa, embarca para o Oriente em 1511, com o encargo oficial de selecionar produtos para enviar para Portugal. Em 1512 Afonso de Albuquerque, o 2º governador da Índia Portuguesa envia-o a Malaca e no seu regresso à Índia 3 anos depois, era senhor de uma considerável fortuna obtida em transações comerciais realizadas naqueles mares, mas levava também consigo, um importante manuscrito o Suma Oriental um tratado de geografia dedicado ao rei D.

Manuel com uma enorme e rica informação sobre geografia e regiões asiáticas e as suas populações, mas também sobre portos e realidade comercial, nomeadamente mercadorias, preços, pesos e medidas, hábitos e costumes, religiões, crenças e superstições, organização económica, política e social. A estratégia de Afonso de Albuquerque para consolidar a presença portuguesa nos mares asiáticos era baseada neste tipo de conhecimentos e, portanto, o trabalho de Tomé Pinto foi reconhecido como tendo grande valor, apesar disso, foi muito pouco seguido em Portugal. Desse manuscrito sobrevivem duas cópias uma em Paris e outra não completa em Lisboa. Uma versão inglesa da cópia existente em Paris foi, sob orientação de Armando Cortesão, impressa em 1944 para a Hakluyt Society e em 1978 uma versão portuguesa dessa edição foi impressa pela Universidade de Coimbra. Em 1996 foi impressa em Macau a cópia do manuscrito de Lisboa.

Este manuscrito inclui a primeira descrição da China feita por um português e é redigida a partir de informações recolhidas em Malaca, quer junto de comerciantes asiáticos, quer de Jorge Álvares, o primeiro português, que em 1513, visitou o litoral da China. Malaca era um ponto de encontro de várias redes de comércio na Ásia e os chineses encontravam neste porto produtos que precisavam como as especiarias e vendiam produtos como a seda e as porcelanas. Malaca dominada pelos portugueses era um porto de excepcional importância nas rotas marítimas asiáticas, devido à sua localização geográfica estratégica. Ali aportavam embarcações vindas dos portos do Índico Oriental, do Golfo de Bengala, dos mares do Sul da China e da Insulíndia, em Malaca coabitavam várias comunidades para além dos portugueses, a indiana, a chinesa, a javanesa, os léquios e os malaios. Na

arquitetura, na cerâmica, na gastronomia se podia e se pode ver como estas comunidades se misturavam.

A primeira tentativa de estabelecimento da feitoria em Macau, não foi um ato de conquista militar, mas de negociação diplomática. Tomé Pires no Suma Oriental refere o sistema tributário que na época regulava as relações da China com o mundo exterior e chama a atenção para o fato de apenas as embaixadas tributárias serem autorizada a desembarcar na China. Essas embaixadas eram as formas de manifestar e desenvolver interesses comerciais entre os outros países ou territórios e a China, considerando que na dinastia Ming, desde meados do século XV, os contatos com o exterior eram restringidos ao mínimo, existia até uma manifesta hostilidade aos estrangeiros. Tomé Pires acabou por chefiar a primeira embaixada desse género à China que integrava uma armada chefiada por Fernão Peres de Andrade, que depois de ultrapassar sucessivas dificuldades colocadas pelas autoridades chinesas costeiras que não viam os portugueses com bons olhos, conseguiu chegar ao porto de Cantão em 1517, onde ficou ancorada e fazer bons negócios. Fernão Peres de Andrade regressou a Malaca em 1518, com boas expetativas de negócio. Entretanto outro navio capitaneado por Jorge de Mascarenhas chegou à costa chinesa junto Fuquiém hoje identificada por Xiamen na Província de Fujian, e o seu porto conhecido por Amoy foi utilizado pelos portugueses para desenvolver um importante negócio de chá. Já em termos diplomáticos a embaixada não conseguiu na altura autorização para entrar na China e continuar a viagem para Pequim, porque as autoridades de Cantão argumentaram que Portugal não figurava na lista de estados tributários da China, o que levou a uma prolongada troca de correspondência entre as autoridades de Cantão e Pequim e só em 1520 essa autorização chegou, no entanto essa missão

portuguesa traduziu-se num insucesso, o que se atribuiu à pressão que as autoridades de Cantão exerceram sobre o Imperador para evitar o estabelecimento da feitoria portuguesa no sul da China, relatando comportamentos negativos das expedições portuguesas. Uma outra situação que jogou contra as pretensões dos portugueses nessa missão foi o fato de o conteúdo da carta escrita pelo rei D. Manuel ao soberano chinês, não corresponder à respetiva tradução, que fora preparada em Cantão por intérpretes locais. A missiva original não seguia o cerimonial necessário neste tipo de documentos e tinha um tratamento igualitário entre o rei português e o imperador Chinês, o que foi considerado intolerável e o tradutor resolveu adotar a forma tributária com que um estado tributário se devia dirigir ao Filho do Céu. Coincidentemente, nesse período, chegou a Pequim um antigo sultão de Malaca, que relatou às autoridades chinesas que os portugueses tinham comportamentos violentos, note-se que o sultanato de Malaca tinha laços formais de dependência da China antes da ocupação portuguesa.

A consequência de tudo isto foi nefasta para as pretensões de Portugal e para os membros desta embaixada, que acabaram nos cárceres de Cantão, tendo as relações comerciais sido interrompidas. O próprio Tomé Pinto teria ali morrido em 1527 ou 1528.

Com D. João III, que reinou desde 1521 até 1557 a política diplomática para a presença portuguesa no Oriente foi de amizade com outros povos e pragmatismo no relacionamento com os mercadores privados que operavam nos mares da Insulíndia e China. A partir de 1543 quando os navegadores portugueses chegaram ao Japão, os mercadores privados portugueses e luso asiáticos começam a utilizar o porto de Patane e Macau na intermediação de negócios entre o Japão e a China. Note-se que a

animosidade bélica entre portugueses e chineses tinha continuado nestes mares e os portugueses em 1548 tal como acontecera em 1523 foram expulsos da Província de Fujian onde durante 6 anos (1542-1548) tinham utilizado até 1545 o porto de Liampó e depois Chincheu. Quando saíram deste último porto, os portugueses passaram a invernar em pequenas ilhas perto de Cantão, desde de 1550 que o comércio com a China se fazia na ilha de Sanchoão. A chegada dos portugueses ao Japão foi determinante para a nossa presença no sul da China, porque existia no Japão uma enorme procura por seda chinesa e na China uma enorme procura por prata japonesa, os dois produtos passaram a ser trocados por intermédio dos comerciantes portugueses e luso-asiáticos, estas trocas não podiam ser diretas, porque o comércio oficial entre a China e o Japão estava interrompido devido à pirataria e à constante conflitualidade entre japoneses e chineses. Em ambos os lados, a ação de intermediação portuguesa foi vista como útil e importante, e este negócio criou uma perspetiva de criação de riqueza, o que levou os chineses em 1557 a ceder aos comerciantes portugueses um porto para que se pudessem estabelecer definitivamente. Estas perspetivas empresariais foram acompanhadas por uma mudança estratégica no relacionamento de Portugal com a China, que voltou a revestir-se de contornos diplomáticos. Em 1552 chegou ao litoral chinês Leonel de Sousa capitão-mor da viagem ao Japão que conseguiu negociar o primeiro acordo entre os portugueses e as autoridades de Cantão, o mesmo foi firmado em 1554 e permitiu o reconhecimento oficial sobre as atividades comerciais dos portugueses na China mediante o pagamento de um imposto (cerca de 500 taéis), o que abriu caminho ao seu estabelecimento em Macau que foi considerado um entreposto português em 1557. Os portugueses tinham demonstrado que podiam ser

importantes para a China, e que estavam dispostos a comportar-se de acordo com o usos e costumes chineses, que apenas aceitava o relacionamento comercial com países estrangeiros que lhe pagassem tributo. Isto também só foi possível pelo patrocínio da coroa portuguesa que assumiu através de Leonel de Sousa um processo de negociação, como se pode entender pela carta que este enviou de Cochim a 15 de janeiro de 1556 ao infante D. Luís.

Este entreposto em Macau desenvolveu-se muito devido ao comércio, e em 1585, D. Francisco de Mascarenhas então Vice-Rei da Índia conferiu-lhe o estatuto de Cidade com o nome Cidade do (Santo) Nome de Deus de Macau, tendo como brasão a Cruz de Cristo e sendo dotada dos mesmos privilégios que na época tinha a cidade de Évora. A cidade tinha um Governador e Capitão Geral que era enviado de Índia para dirigir os assuntos militares, um Juiz da Coroa para administrar a justiça e um Bispo para os assuntos religiosos. Em Macau viveram no início 850 famílias portuguesas e muitos marinheiros, mercadores alguns muito ricos que faziam viagens de comércio na região, nomeadamente Japão, Manila, Solor, Macassar, e Cochim-China de acordo com as descrições de António Bocarro cronista chefe do Estado da Índia.

Mas Macau não foi nessa época só importante pelo seu comércio, a cidade acabou por civilizacionalmente se distinguir também como um importante centro dos missionários jesuítas que dali demandavam o arquipélago nipónico e a China, transmitindo ali valores da fé cristã, conhecimento científico e hábitos de vida ocidentais.

Fernanda Ilhéu